



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**

livre, democrático e de luta!

Novos Rumos

UMA PUBLICAÇÃO DO SINTEP/MT - SINDICATO DOS TRABALHADORES NO ENSINO PÚBLICO DE MATO GROSSO | EDIÇÃO 11 | JUNHO 2018 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**SONHOS IDEALIZADOS E
CONQUISTAS CONSOLIDADAS**

**ORGANIZADOS (AS) PARA LUTAR
OUSADOS (AS) PARA PROPOR E
DETERMINADOS (AS) À AVANÇAR**

Gestão 2015-2018



SINDICATO DE LUTA

Direção Estadual SINTEP/MT

Henrique Lopes do Nascimento

Presidente - (Alta Floresta)

Jocilene Barboza dos Santos

Vice-presidente - (Cuiabá)

Miriam Ferreira Botelho

Secretaria Geral - (Rosário Oeste)

Catarina Francisca

1ª Secretária - (Nobres)

Orlando Francisco

Secretaria de Finanças - (Cuiabá)

Dirceu Blanski

1ª Sec. de Finanças - (Alta Floresta)

Gilmar Soares Ferreira

Secretaria de Comunicação - (Várzea Grande)

Edevaldo José dos Santos

Sec. Adjunta de Comunicação - (Primavera do Leste)

Leliane Cristina Borges

Secretaria de Cultura - (Várzea Grande)

Luiz Bezerra Matos

Secretaria Adjunta de Cultura - (Alta Floresta)

Guelda Cristina de Oliveira Andrade

Secretaria de Políticas Educacionais - (Cuiabá)

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato

Sec. Adjunta de Políticas Educacionais - (Cuiabá)

João Eudes Anunciação

Secretaria de Formação Sindical - (Rondonópolis)

Sidinei de Oliveira Cardoso

Secretaria Adjunta de Formação Sindical - (Sinop)

Julio César Martins Viana

Secretaria de Articulação Sindical - (Colíder)

Tânia Cristina Crivelin Jorra

Secretaria Adjunta de Articulação Sindical - (Lucas do Rio Verde)

Alex Ferreira da Cruz

Secretaria de Redes Municipais - (Luciara)

Enos dos Reis Maria

Secretaria Adjunta de Redes Municipais – (Porto dos Gaúchos)

Djalma Francisco de Sousa

Sec. de Funcionários (as) da Educação – Sec. Adjunto de Funcionários (as) da Educação - (Canabrava do Norte)

Maria Celma de Oliveira

Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos - (Rondonópolis)

Orlandir Gonçalves Cavalcante

Secretaria Adjunta de Assuntos Jurídicos e Legislativos – (Cáceres)

Edson Evangelista dos Santos

Secretaria de Infraestrutura Sindical - (Cuiabá)

Edina Martins de Oliveira

Secretaria Adjunta de Infraestrutura Sindical - (Colíder)

Marli Keller (*in memoriam*)

Secretaria de Políticas Sociais - (Cuiabá)

Maurocir Silva

Secretaria Adjunta de Políticas Sociais - (Campos de Júlio)

Ana Lúcia Antônia da Silva

Secretaria de Organização Sindical - (Ribeirão Cascalheira)

Elionai Rodrigues Chagas Wtczak

Secretaria Adjunta de organização Sindical – (Sorriso)

Omar Cirino de Souza

Secretaria de Administração Sindical - (Barra do Garças)

Ziquidalto de Castro Rodrigues

Secretaria Adjunta de Administração Sindical - (Itiquira)

Edna Mahnic

Secretaria de Seguridade Social - (Primavera do Leste)

Francisca Alda Ferreira de Lima

Secretaria Adjunta de Seguridade Social – (Tangará da Serra)

Polos Regionais**Ricardo de Assis**

Oeste I - Regional Baixada Cuiabana - (Poconé)

Edmilson José Ferreira

Oeste II - Regional Paraguai – (Cuverlândia)

Edna Bernardo da Silva

Oeste III - Regional Vale do Guaporé - (Pontes e Lacerda)

Fernando Alves da Silva

Nortão I - Regional Alto Teles Pires - (Peixoto de Azevedo)

Francisca Ilmarli Teixeira

Polo Sindical Nortão II - Regional Médio Teles Pires - (Alta Floresta)

Valdeir Pereira

Nortão III - Regional Vale do Teles Pires - (Sinop)

Rafael Nauer

Nortão IV - Regional Vale do Arinos - (Juara)

Carlito Pereira da Rocha

Noroeste - Regional Vale do Juruena – (Juína)

Antônio Márcio Pinheiro Ramos

Médio Norte I - Regional Vale do Paraguai - (Nova Olímpia)

Moíses de Almeida Silva

Médio Norte II - Regional Alto Paraguai – (Rosário Oeste)

Arnaldo Rodrigues de Souza

Leste I - Regional Vale do Araguaia – (Pontal do Araguaia)

Ana Lúcia Antônia da Silva

Leste II - Regional Médio Araguaia – (Canarana)

Lucimeire Lázara

Leste III - Regional Baixo Araguaia – (Vila Rica)

Bartolomeu Basili Belmonte

Sul I - Regional Serra da Petrovina - (Rondonópolis)

Doralice Vieira de Castro

Sul II - Regional Vale do São Lourenço - (Jaciara)

Gestão 2015-2018

Sindicato de Luta

Presidente

Henrique Lopes do Nascimento

Conselho editorial

Jocilene Barboza dos Santos
Vice-Presidente

Miriam Ferreira Botelho
Secretária-geral

Gilmar Soares Ferreira
Secretário de Comunicação

Edevaldo José dos Santos
Secretário Adj. de Comunicação

Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Secretária Adj. Políticas Educacionais

Revisão

Guelda Andrade
Maria Luiza Bartmeyer Zanirato
Jocilene Barboza dos Santos

Produção

Comunicação Sintep/MT

Roseli Riechelmann
MTb 24400/SP

Thalyta Amaral
0001878MT

Jadson Oliveira
Designer

Gonçalo Arruda
Designer

Foto

Divulgação Sintep/MT, Arquivo
Pessoal e Colaboradores

Contato

Contato Rua Mestre João Monge
Guimarães, 102 Bairro Bandeirantes
Cuiabá-MT

Fone: (65) 3317.4300
0800.654343
Faz:3317.4327

Editorial 07

Conquista inédita reforça o protagonismo do Sintep-MT 08

As conquistas 10

Políticas de Educação não comportam Exclusão 14

Conquistar, resistir e avançar 17

Giro nas regionais 18

Ativos apesar de aposentados 20

Formação Sindical é estratégia de luta 22

A Educação de qualidade não existe sem profissionais valorizados 23

Concurso público de 2017: conquista dos trabalhadores da Educação 24

Estrutura Sindical como investimento dos recursos da categoria 26

“Há homens (mulheres) que lutam um dia e são bons (boas),

Há outros (as) que lutam um ano e são melhores,

Há os (as) que lutam muitos anos e são muito bons (boas).

Porem há os (as) que lutam toda a vida

Estes (as) são os (as) imprescindíveis”.

Bertolt Brecht

Conquistas só com luta



Apesar das investidas neoliberais nas políticas públicas, nos programas sociais, e influência econômica na sociedade nos últimos anos, muitas foram às conquistas da classe trabalhadora e do movimento sindical brasileiro, em especial do movimento dos/as Trabalhadores/as em Educação de Mato Grosso.

O SINTEP/MT se orgulha de ter participado intensamente desse movimento de consolidação da classe trabalhadora, na luta em defesa da Escola Pública, gratuita e de qualidade social e transformadora. O piso salarial profissional nacional, plano de carreira para todos/as os/as trabalhadores/as em educação, a formação profissional como direito, a organização curricular e o financiamento público para a educação, foram algumas dessas bandeiras.

Nos últimos anos, diversas consequências, resultantes das medidas do receituário neoliberal também em Mato Grosso, têm atingido diretamente os/as trabalhadores/as em educação. O SINTEP/MT tem historicamente mobilizado a sua base, na perspectiva de estabelecer alternativas para o a garantia de uma Educação Pública de qualidade. Alternativas que vão da construção da autonomia escolar, passando pela descentralização do poder, pela representatividade social, pelo controle social da gestão educacional, até à escolha de dirigentes com participação da comunidade escolar.

Entretanto, se sonhos foram idealizados e conquistas foram consolidadas pelos/as trabalhadores/as da educação, quer no combate ao processo privatizante dos governos, quer com ações exigindo reformas educacionais pela melhoria da escola pública, é óbvio que precisamos avançar a luta por direitos. É árdua a caminhada da categoria, em busca da garantia de direitos sobretudo, com as mudanças políticas neste início de século.

Neste sentido, acreditamos na necessária conscientização da sociedade para juntos podermos defender nossos ideais. O desafio posto não é pequeno, nossos alagoes não são fracos, mas nós somos muitos e juntos lutaremos por uma Educação Pública e gratuita para a classe trabalhadora

Professor Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do SINTEP/MT.



Ato na greve de 2013

CONQUISTA INÉDITA REFORÇA O PROTAGONISMO DO SINTEP-MT

As greves realizadas pelo Sintepe/MT, último recurso de luta por direitos e melhores condições de trabalho, marcaram, nos últimos seis anos, conquistas fundamentais para os avanços na carreira profissional e à qualidade da educação, tanto na rede estadual como nas redes municipais. Apesar do Sistema Único de Educação (Lei 049/1998) não estar implementado em Mato Grosso, o que fragmenta as conquistas entre a rede estadual e redes municipais, a luta é coletiva.

Na rede estadual, nos anos de 2013 e 2016 (governos Silval Barbosa e Pedro Taques, respectivamente), foram realizadas duas greves de 67 dias,

coincidentemente. Em ambas, a educação pública ampliou frentes para assegurar a qualidade das políticas públicas de Educação no estado.

Em 2013, a greve possibilitou conquistas históricas para a carreira profissional, com a efetivação da política da dobra do poder de compra (Lei 510/2013). Na ocasião, o argumento de falta de recursos, foi confrontado pelo Sintepe/MT. “O estado de greve desde abril não surtiu efeito no governo, que se limitou a responder à pauta de reivindicações sem apresentar propostas concretas de investimento em educação”, lembra o presidente do Sintepe/MT, Henrique Lopes. Os objetivos eram claros, exigiam

uma política de Estado, que superasse a política de governo.

A reivindicação constituía-se na dobra do poder de compra dos educadores, imediata realização de concurso público, chamamento dos classificados do concurso de 2010, garantia da hora-atividade para interinos/as, melhoria na infraestrutura das escolas, aplicação dos 35% dos recursos na educação como prevê a Constituição Estadual.

O Sintep/MT, apresentou pesquisas que demonstram, com base nos recursos da Educação, a possibilidade de efetivar a Lei. “Foram meses de estudo para “constatar por A mais B” que o argumento do governo não se sustentava, e o que faltava em decisão política e prioridade na aplicação das verbas públicas”, argumenta o secretário de Articulação Sindical e o principal responsável pela construção da

política da Dobra do Poder de Compra, Júlio César Viana.

Segundo Viana, o encaminhamento inicial era para que a dobra do salário dos/as educadores/as fosse feita em sete anos, mas a categoria aceitou a contraproposta para os dez anos de aplicação no texto da Lei 510/2013.

A pressão foi intensa, a paralisação com um quadro inicial de 90% dos/as trabalhadores/as ocorreu em todo o estado. A Assembleia Geral do Sintep/MT, no dia 5 de agosto de 2013, deliberou a greve que iniciaria no dia 12, do mesmo mês, só suspendendo a greve em 17 de outubro. Foram vários atos – Dia do Barulho, com ocupação da entrada da Seduc/MT; café da manhã na ALMT - em que se fez a disputa com o Governo e a conscientização da sociedade para o quadro de reivindicações.



Assembleia deflagra greve 2016

AS CONQUISTAS

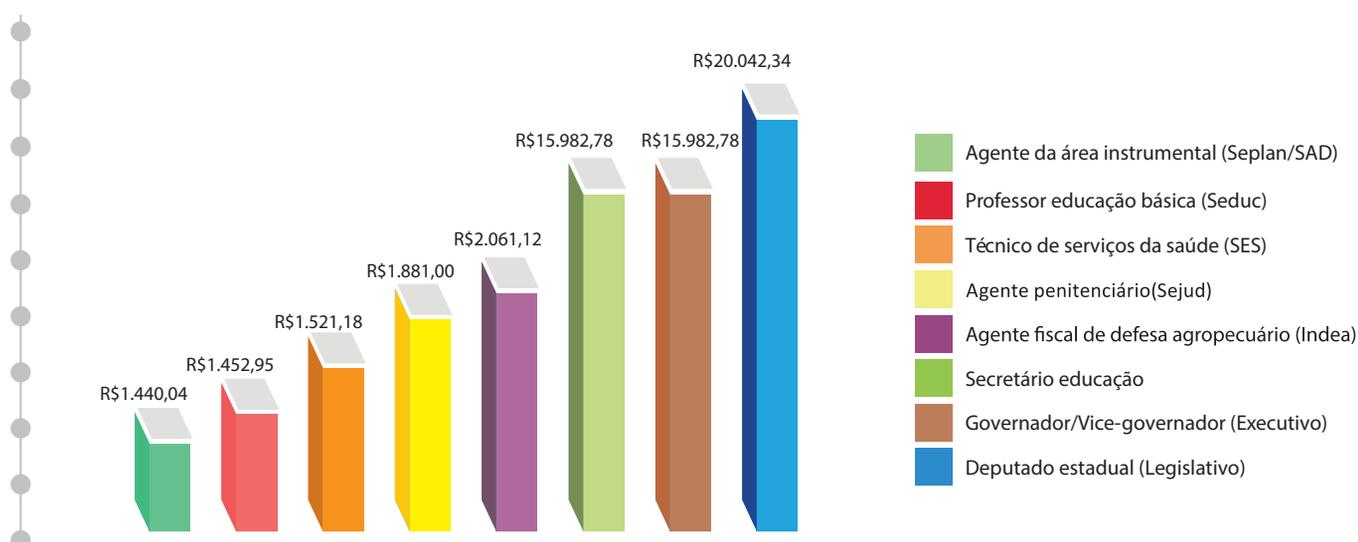
A Lei 510/2013 da Dobra do Poder de Compra para os/as profissionais da educação no prazo de 10 anos foi histórica. Por meio dessa conquista, os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública estadual asseguraram, em Lei, aumento do piso salarial com foco em equiparar este com as demais carreiras do executivo, com o mesmo nível de formação e jornada.

“Até então, os/as educadores/as, “respeitados” pelos governos devido a relevância da atuação na sociedade, eram os menores salários do quadro

Educação) estão permanentemente ameaçadas, em função da atual conjuntura. O cenário político atual, tem exigido da categoria resistência e enfrentamento para manter a Lei 510/2013 em vigor e na íntegra.

“É preciso que tenhamos entendimento do que significa a luta coletiva, em especial no atual momento político de retrocesso, quando se retoma velhas práticas de privatização da educação e com objetivo de promover desmonte das conquistas”, destacou o presidente do Sintep/MT.

Confira o piso salarial por carreira em MT



*Valores referentes à carga horária semanal de 30 horas e nível médio

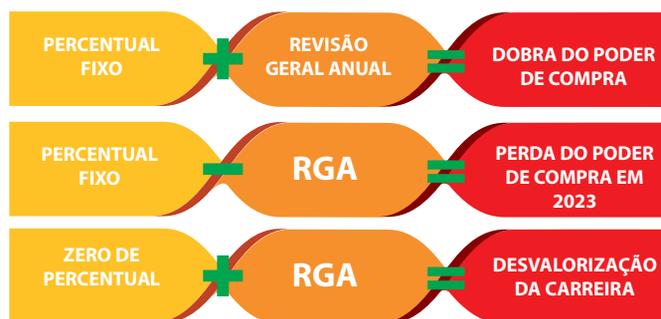
da administração estadual, apesar de possuírem formação superior”, esclarece o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes. Ele lembra que ao consolidar a Lei 510/2013 o Sintep/MT avançou na luta defendida nacionalmente pelos/as profissionais da educação, antes mesmo que a meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) fosse implantada no país.

A conquista da Dobra do Poder de Compra, para além de valorizar o profissional da educação, fortalece na luta pela qualidade da educação. Porém, as conquistas, mesmo aquelas de 1998 (Lopeb, Gestão Democrática, Sistemas Estadual de

A professora Soenil Clarinda de Sales, que atua em escola do município de Poconé, na área de Língua Portuguesa, foi uma das integrantes das mobilizações de 2013 e 2016. Segundo ela, a conquista de recomposição salarial em 10 anos, foi um avanço para os salários defasados em relação a outras carreira do executivo. Porém destaca que, é preciso fiscalizar pois lembra que só será possível assegurar a conquista até 2023 se for garantida a Revisão Geral Anual (RGA), mais percentual fixo da Lei.

“Nossa conquista é um desafio na atual gestão que além de fragmentar a lei 510/2013, permanece

LEI 510/2013



favorecendo carreiras com remuneração já superior aos demais. Com isso, a educação permanecerá em desvantagem e fazendo os enfrentamentos, exigindo respeito”, disse Soenil.

HORA-ATIVIDADE

A mesma mobilização que levou para as ruas milhares de trabalhadores e trabalhadoras em todo o estado, para assegurar a conquista da Dobra do Poder de Compra, também corrigiu a injustiça cometida contra os/as professores/as de contrato temporário, desde o governo Jaime Campos, em 1992, e repetida pelos demais governos posteriores a ele. Na greve de 2013 a categoria reconquistou o direito à hora-atividade para interinos/as.

A política economicista de Jaime Campos promoveu um custo maior para o Estado quando cortou dos profissionais do magistério contratados o direito de receberem por trabalhos executados extra classe. “Os 33,3%, pagos por hora-atividade, garante melhorias no fazer pedagógico e nas condições de trabalho e saúde dos/as docentes. A conquista foi de muita luta e reflexão da categoria para tornar as relações de trabalho na escola mais justas e democráticas”, argumenta o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

“O direito de ter 10 horas exclusivamente para o trabalho pedagógico e para atualização do/as docente é de suma importância para a melhoria na qualidade de ensino. Quanto mais o/a professor/a estuda melhor irá lidar com a nova concepção de Educação Contemporânea. Neste contexto destaco a importância da luta sindical para garantir a todos/as os/as profissionais/as da rede, independente de ser temporários ou efetivos, esse direito em Lei”, afirma o professor do Ensino Médio, Allan Amorim Pache-

co, da EE Profª Edeli Mantovan, de Sinop.

Para a professora interina Ramíciele Carolina da Silva, que atua na rede estadual, desde 2008, ministrando aulas de Matemática, a hora-atividade foi a conquista de um direito até então negado parte do magistério. “Ter um tempo para planejamento foi importante. Antes ficava tempo a mais na escola ou trazia atividades para casa”, lembra. E, ressalta que, fazia sem receber por isso

35% EDUCAÇÃO

Foi ainda na mobilização estadual do Sintep/MT, em 2013, que a categoria conseguiu reverter a emenda Constitucional Estadual nº 66/2013, que ameaçava retirar da Constituição Estadual a aplicação legal dos 35% para a Educação em Mato Grosso.

É preciso que se esclareça que o percentual estabelecido de 35% na Constituição Estadual de Mato Grosso nasceu da mobilização coletiva no ano de 1998 para que se assegurassem investimentos que garantissem a qualidade na educação, como infraestrutura para as escolas, valorização profissional, até a efetivação da educação integral e de tempo integral. “Infelizmente até hoje lutamos para que o governo estadual cumpra o valor previsto na Lei. Não aceitaríamos que, por falta de compromisso, um governo acabasse com essa política de Estado”, assegura o presidente do Sintep/MT.

A educação pública está assegurada pela Constituição Federal, que determina investimentos a partir de transferências constitucionais e de recursos de impostos, para a manutenção e desenvolvimento do ensino. O texto constitucional prevê, ainda, que a Educação Básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. No quesito receita de impostos, os estados e os municípios (assim como Distrito Federal) devem repassar, no mínimo, 25% do que é arrecadado para a Educação.

O estado de Mato Grosso, por exemplo, apresenta índices de arrecadação acima da média nacional e permanece em crescimento. Para os/as educadores/as é contraditório que os governos reduzam ou não assegurem os recursos para a Educação Pública, que para a rede estadual foi consolidado em 35%.

“O retrocesso vivenciado no Brasil ameaça fortemente as conquistas sociais com leis que minam o montante de recursos que deveria ser repassado para a Educação”, afirma Henrique Lopes. Segundo o presidente, até mesmo o avanço apontado no Plano Nacional de Educação, de ampliar os investimentos públicos aumentando o percentual de recursos financeiros, foi sugado pela onda do capitalismo selvagem, caracterizado pelo neoliberalismo.

O PNE/2014 determinava ampliar o repasse do Produto Interno Bruto (PIB), para a educação, hoje em torno de 5%, para 10% de forma gradativa, em dez anos. Com a Lei Complementar nº 95 (PEC da Morte), do governo federal, se congelou recursos, e ainda com a entrega do Pré-Sal, para empresas estrangeiras, a ampliação dos investimentos em educação ficaram apenas na Leis.

Para o sindicalista e funcionário de escola, Benedito Horácio de Amorim, a aplicação correta dos recursos da educação beneficiaria toda a população. “Se aplicassem corretamente os percentuais teríamos melhorias em todos os aspectos, da infraestrutura das escolas, passando pela formação profissional, melhores salários, enfim, todas as dimensões da educação iriam avançar”, disse

GREVE 2016

Em 2016, já na gestão Pedro Taques, foi necessário novo enfrentamento para assegurar a aplicação integral da Lei 510/2013, que o Governo tentou desmontar ao parcelar a reposição da inflação. “Para a efetiva Dobra do Poder de Compra é preciso o cumprimento integral, ou seja, pagamento da parcela fixa e a correção das perdas pela inflação (Revisão Geral Anual – RGA)”, esclarece o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

À época, o desafio para os trabalhadores e trabalhadoras da Educação, que saíram as ruas numa passeata histórica, com a participação de milhares de servidores e servidoras do estado, foi barrar a política privatista implantada pelo governo Taques. “Tivemos que enfrentar justificativas infundadas de falta de recursos para assegurar a RGA, uma crise nacional que não se confirmava na arrecadação de Mato Grosso. Naquele momento o governo recuou e, mesmo parcelando a RGA, não ignorou a Lei”,

ressalta o presidente.

“A conquista da Lei 510/2013 foi um incentivo para a carreira, a retomada da valorização profissional, trazendo mais pessoas para a Educação. Passamos a ser vistos com outro olhar, até mesmo pelos profissionais da rede municipal, que lutam para conseguir o mesmo”, argumenta o professor Urias Bom-Despacho e Silva, de Santo Antônio do Leverger.

Segundo ele, um avanço que exigiu luta dos/das educadores/as. “É importante que os trabalhadores/as da educação saibam que isso é fruto nosso, e que o governo infelizmente usa como marketing político, mas fomos nós que exigimos e conquistamos. Sem a luta não conseguiríamos nada”, acredita Silva.

PARCERIAS PÚBLICO PRIVADA

O argumento de uma crise econômica - contraditória diante de um Estado que registrava um índice crescente nos valores concedidos em renúncia e isenções fiscais - sustentou as tentativas do governo Taques de terceirizar as políticas públicas, e não só na Educação. A criação do MT PAR e a entrada das Organizações Sociais (OS's) na Saúde foi fortemente combatida por ser mais uma forma de terceirizar a responsabilidade do governo e os recursos do estado.

Uma marcha unificada de servidores/as públicos/as estaduais lançou o que viria a ser as 67 dias de paralisação na Educação Pública estadual de Mato Grosso. Tempo esse suficiente para constatar os riscos do envolvimento do setor privado com os recursos públicos. A fraude nos recursos de licitações para infraestrutura das escolas, com a tentativa das Parcerias Público Privadas, levou milhares de reais da educação que deveriam ser aplicados em obras.

A mobilização foi intensa com cerca de 80% dos/das profissionais participando. As manifestações mesmo com maior concentração na Capital, ocorreram em todo o estado. “Trabalhadores/as e estudantes juntos barramos as PPP's na educação”, lembra o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

O estudante Gabriel Henrique, na época da mobilização de 2016 atuava como vice-presidente da Associação Mato Grossense de Estudantes Secundaristas (AME), sinalizava publicamente a ameaça das PPP's como política de precarização da educação.

Conforme o estudante, as PPP's se apresentaram como proposta para a não realização de Concurso Público, priorizando a gestão administrativa e menos pedagógica.

“Entendo que tudo que está dentro da escola é pedagógico, até mesmo uma placa num banheiro escrito mantenha limpo, é pedagógico. Desrespeitar o profissional da cozinha, o profissional da limpeza é uma perda para a educação”, disse.

Ele lembrou, ainda, que as parcerias com argumento de serem apenas na infraestrutura corriam o risco de fazer com que os estudantes pagassem o papel ou o canetão utilizado pelos professores, já que o material ficaria a cargo da empresa adquirir.

“A empresa poderia chegar e dizer, olha professor, você só terá um canetão para o bimestre inteiro. Nossa luta é para manter a educação pública, gratuita, laica e de qualidade”, concluiu.



 ANO	 ORÇAMENTO EDUCAÇÃO	 RENÚNCIA FISCAL
2013	R\$ 1,3 bilhões	R\$ 1,3 bilhões
2014	R\$ 1,5 bilhões	R\$ 1,6 bilhões
2015	R\$ 1,9 bilhões	R\$ 1,6 bilhões
2016	R\$ 2,3 bilhões	R\$ 2,4 bilhões
2017	R\$ 2,6 bilhões	R\$ 2,5 bilhões

* dados Sedec-MT e ALMT

CONCURSO PÚBLICO

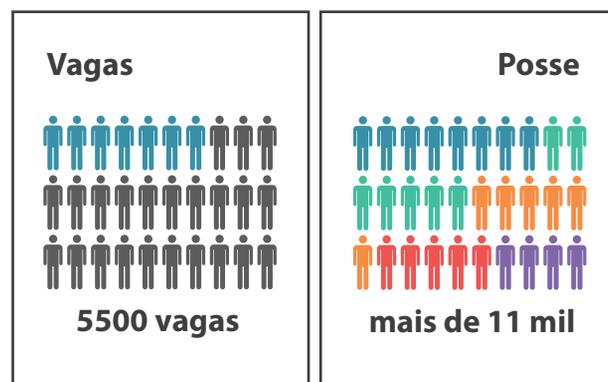
A grande vitória da greve da rede estadual em 2016, dentro do quadro de retrocesso que a sociedade já enfrentava, foi a realização de Concurso Público.

Atualmente, a categoria só tem a comemorar, pois os 67 dias de greve, encerrados num acordo junto ao Tribunal de Justiça, asseguraram os/as novos/as profissionais empossados/as em 2018, conforme a política de valorização

profissional defendida pelo Sintep/MT.

Para o professor de Química, Fábio Kawati, aprovado no Concurso para cargo em Sinop, “ele é, sem dúvida, a garantia para uma Educação mais sólida”.

CONCURSO DE 2010/PRORROGADO PARA 2012/2014



AMEAÇA

A aprovação da Emenda Constitucional Nº 95 (conhecida antes como PEC da Morte) e a do governo estadual EC nº 81, chamada de Lei do Teto de Gastos, promove a desresponsabilização com os serviços públicos e facilita o processo de terceirização da Educação Pública e Gratuita. Com argumento de baratear serviços públicos, precariza-se salários e serviços.

Abre-se janelas para a apropriação dos recursos públicos pela iniciativa privada, o que já está ocorrendo por meio da Escola

Plena e Escola da Política Militar.

Em ambas as políticas de educação da gestão Taques o que se vê é desmonte das Leis estaduais (Carreira, Gestão Democrática) e federais, na maioria, contratados/as na rede estadual de ensino. Como resultado os/as trabalhadores/as da educação são penalizados com a redução de salários, o não pagamento de hora-atividade reforçando a precarização pois os/as profissionais são selecionadas sem Concurso Público.

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NÃO COMPORTAM EXCLUSÃO

O último biênio (2016-2017) foi marcado pelo retrocesso nas políticas públicas, a exemplo das Reformas do Ensino Médio, Trabalhista e Terceirização e Leis de congelamento de investimentos. Todas sinalizam a tentativa de desmonte de conquistas históricas que ameaçam políticas da Educação Básica Pública e gratuita defendidas pelos movimentos sociais.

O ano 2018 será de escolhas eleitorais para o parlamento e também na luta sindical. Ao completar 53 anos de fundação, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso, passará pelo processo eleitoral conforme o Estatuto, renovando o seu quadro de dirigentes, fortalecendo a luta pela garantia de uma Educação Pública, Gratuita, laica e transformadora e de qualidade para todos e todas, contrapondo a onda de retrocessos.

A ampliação das matrículas atendendo a todos e todas é condição fim para existir a educação. “Afinal só existe educação porque existem estudantes”, esclarece a vice-presidente do Sintep/MT, Jocilene Barboza. A análise faz um contraponto as medidas excludentes nas políticas implantadas pelo pacote do Pró-Escola no governo estadual, assim como a Base Nacional Curricular Comum, Educação à Distância no Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, da esfera federal. “É uma ameaça a proposta de escola inclusiva, conforme a Escola Unitária de Antônio Gramsci e defendida pelo sindicato durante



Encontro Estadual de 2017”.

Todas políticas contrárias à cartilha defendida pelo Sintep/MT nos Congressos da Entidade e trabalhadas em Seminários e Encontros estaduais. Em 2013, quando se debateu na 15ª edição, a articulação dos Planos Municipais e Estadual com foco no Sistema Único de Educação, não se imaginava que em 2017, na reavaliação do Plano estadual, seria retomada a luta por conquistas já vitoriosas nas discussões de cinco anos passados, como questões de gênero, e as modalidades da educação, como Jovens e Adultos, Indígena, entre outras.

Os Congressos, como instância máxima do Sindicato traçam o encaminhamento da luta para dois anos. Na edição de 2016, o Congresso teve como tema central o corte de investimentos encaminhados pelo Governo Federal, após o golpe, e os impactos de toda a desconstrução das metas do Plano Nacional. A falta de recursos comprometendo a política educacional, gerou o Dossiê do Sintep sobre a infraestrutura das escolas, revelando as péssimas condições ou a inexistência de laboratórios, quadras poliesportivas, salas multimeios, refeitórios, e comprometendo o desenvolvimento pedagógico escolar.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Atualmente com fragilização das redes municipais, após o golpe e as medidas oriundas a partir dele, com a Lei do Teto de Gastos (EC 95), os municípios, ente federativo com maior limitação financeira, tenta retroceder nas conquistas, reduzindo inclusive o tempo escolar das crianças de 3 a 5 anos, para meio período e ofertando mais vagas de forma precária. A luta agora será reverter o corte no orçamento para a educação pública, assegurar a ampliação correta dos recursos e cumprir as metas dos Planos Municipais, principalmente com a ampliação do atendimento de creches para crianças de zero a 3 anos e a consolidação da obrigatoriedade de atendimento de 100% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola da Educação Infantil.

CICLO DE FORMAÇÃO HUMANA

A política dos Ciclos de Formação Humana é defendida pelo Sintep/MT desde sua criação, em 1999, ficando a critério da gestão democrática das escolas por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos adotar ou não essa organização curricular. No entanto, em 2012, quando foi realizada a Conferência de Avaliação do Ciclo de Formação, o Sindicato já apontava necessidade dos governos ofertarem condições estruturais para implementá-la. Na época, o sindicato fazia a defesa de qualificar o debate e construir a escola dos direitos dos/as estudantes e dos/das profissionais da educação.

Todo o esforço coletivo para avançar foi frustrado quando o governo Taques decide unilateralmente que o Ciclo é um equívoco, que não assegurava a aprendizagem dos/das estudantes. O Sintep/MT cobrava o debate democrático, por meio de conferências, para avaliar se essa era ou não uma política educacional de qualidade para os filhos e filhas da classe trabalhadora.

O Governo, após a saída do secretário de estado de educação Permínio Pinto, denunciado por

desvio de recursos da educação, finalmente se revelou com a proposta das Parcerias Público Privada's, e, em seguida, com o pacote privatista Pró-Escola que trouxe o Avalia MT, a militarização das escolas públicas, a Escola Plena de "tempo integral", o projeto Anjos na Escola, o Ensina Brasil.

"As Conferências não ocorreram e, ao invés, disso ampliou-se a falta de infraestrutura, inviabilizando ainda mais essa organização curricular", relata a secretária de política educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade.

O enfrentamento tem sido permanente nos últimos quatro anos para assegurar o cumprimento das leis constitucionais e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pois não apenas tem repassado o Ensino Fundamental para os municípios, tem fragmentado a política de formação de nove anos dessa etapa na mesma rede. "Os governos minaram os Ciclos, mais intensamente a partir de 2015, deixando de garantir infraestrutura e assistências necessárias para ser implementado", afirma o professor Raimundo Soares, que atua com a primeira etapa do Ensino Fundamental, no município



de Confresa.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Tem sido intenso o confronto junto ao Governo do Estado para fazer valer a gestão democrática como instrumento para assegurar a qualidade da educação na escola. Desde 2015, a Gestão Democrática das escolas das redes estaduais sofrem impacto da política autoritária da gestão Taques. Por meio de portarias tem desmontando desde o processo de atribuição de aulas até finalmente suspender a eleição de diretores como fez no ano de 2017. E agora, cria uma minuta para substituir a Lei nº 7040/1998, para ser debatida numa Conferência da Secretaria de Estado de Educação com prazos extremamente limitados.

ENSINO MÉDIO

A implementação da Emenda Constitucional 59/2009, que determinou que no ano de 2016 todos/as os/as estudantes de 4 a 17 anos estivessem matriculados/as na Educação Básica obteve forte pressão dos movimentos sindicais para conquistarem a efetivação da mesma. O Sintep/MT teve incisivos embates para que fosse assegurada a alimentação escolar dos/das estudantes do Ensino Médio. Etapa historicamente precarizada em virtude de investimentos insuficientes por parte do Governo Federal.

Mas esse não foi o único motivo dos enfrentamentos para garantir de que os/as adolescente e jovens pudessem cursar o Ensino Médio. “A falta de qualidade na Educação e a distância do Ensino em relação à realidade vivida, com infraestrutura precária, sem laboratórios de informática desmotivavam os/as jovens e exigia a reformulação do currículo”, destaca a secretária de políticas educacionais do Sintep/MT, Guelda Andrade.

A luta foi travada diante do golpe em curso com o processo nada democrático da Reforma do Ensino Médio que vai contra todas as políticas defendidas pela categoria. “Teremos que fazer novos enfrentamentos para anular essa Reforma que é uma imposição do mercado financeiro, promovendo a redução curricular, e a precarização da educação para formar um exército de mão de obra barata para o mercado de trabalho”, argumenta o professor e diretor de escola em Poconé, Ricardo Assis.

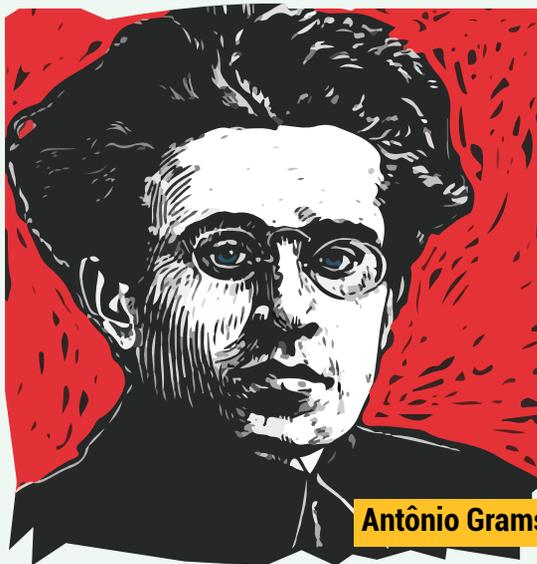
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A luta sindical historicamente propõe a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com identidade própria, buscando ampliar os investimentos para agilizar o pagamento da dívida social com milhares de pessoas que ficaram de fora da escola no período próprio da escolarização. Lutou pela conquista do curso Profucionário nos Centros de Educação de Jovens e Adultos (Cejas). Exige curso profissionalizantes integrados para qualificar a formação desses jovens e adultos para o mundo do trabalho.

Nos últimos anos a categoria mante-se mobilizada para manter o direito a Educação nessa modalidade. As políticas nacionais e estadual mais uma vez dão o golpe em milhares de pessoas que por toda uma vida receberam o calote das políticas educacionais. “Agora esses/as estudantes estão à mercê de uma política voltada para o mercado de trabalho, que foca apenas aqueles em condições de servirem de mão de obra barata, muitos/as jovens e adultos/as ficaram de fora do processo”, diz o professor de Educação de Jovens e Adultos, Joaquim Ventura, do Centro de Educação de Jovens e Adultos Almira Amorim em Cuiabá, considerando os ataques violentos dos últimos anos.

O Sindicato retoma o debate iniciado nos anos 80, acerca da Escola Unitária de Antônio Gramsci. No sentido de dialogar com a categoria

e apresentar como proposta e alternativa, um documento denominado “Referenciais Teóricos para um currículo inclusivo: construindo a Escola Unitária”. Este documento foi construído a partir das discussões realizadas em cada



Antônio Gramsci

painel temático do X Encontro Estadual de Educação. O objetivo é contrapor a política educacional excludente e seletiva do governo Taques. Considerando o compromisso deste sindicato para avançar para uma educação pública, universal, laica, inclusiva, gratuita, democrática de qualidade social, conforme aprovado na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape) e, maio de 2018, em Belo Horizonte.



CONQUISTAR, RESISTIR E AVANÇAR

A subsede do Sintep de Cotriguaçu foi a primeira no estado de MT que, por meio da luta, conquistou o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) integral que, naquele momento em 2010, era de R\$ 1132,40, para a jornada de 30 horas semanais. O histórico de luta já havia garantido a inclusão dos funcionários e das funcionárias na carreira, mas somente em 2014 conseguiram jornada única de 30 horas e enquadramento dos/as profissionalizados/as.

“Hoje estamos vivenciando retrocesso, com a quebra da carreira e o congelamento do piso salarial em valores abaixo do proporcional, já que os/as gestores/as pagam por 40 horas”, relata o presidente da subsede, Ailton Amorim.

Contriguaçu, assim como a maior parte dos municípios de Mato Grosso, vivencia os desafios postos pelo cenário de retrocesso nacional também para as políticas de Educação. Os avanços após o PSPN registraram valorização profissional e impactos positivos nas redes municipais mas exigem enfrentamento da categoria para mantê-los”, completa Amorim.

O Sintep/MT tem se posicionado de forma incisiva frente a negação de direitos, como o não pagamento

do Piso Salarial Nacional Profissional (PSPN), lei 11.738/2008, nos municípios das 15 regionais. Em menos de uma década a lei já está ameaçada e, apesar do estado ser referência em avanços para a categoria, vive em 2018 o desafio de resistir de forma mais decisiva ao desmonte salarial, a terceirização dos serviços, e a quebra dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

As conquistas nas redes municipais foram ampliadas de forma gradativa nos últimos dez anos. Entre 2012 e 2013 registrou-se na maior parte dos municípios diversas greves que asseguraram a aplicação do PSPN. Avançou-se nas políticas de valorização, com a inclusão dos/as profissionais da escola no PCCS.

A unificação da carreira foi garantida após a conquista do curso Profucionário – programa de capacitação profissional nacional, em nível médio, para todos e todas funcionários/as da educação pública, quer seja na rede estadual, quer seja e nas redes municipais.

A partir de 2015, com o ressurgimento da onda neoliberal, o processo privatista se instalou nas prefeituras. Em muitas regiões a terceirização e o vínculo das funções de apoio e técnico administrativo à folha geral da prefeitura, desmotivou os/as

trabalhadores/as das escolas a se qualificarem, já que não seriam enquadrados na carreira e tampouco teriam vínculos mais permanentes com a escola.

Diante das políticas nacionais após golpe de 2016, retomam-se ataques aos direitos já consolidados dos/das profissionais da educação. Em vários municípios o executivo, com aliança com a Câmara de Vereadores, atropela as leis de carreira cancelando enquadramento de funcionário na carreira, ignorando a necessidade realização de Concurso Público, amplia as contratações e precariza os do salários e os vínculos trabalhistas.

O termômetro para o avanço ou retrocesso das políticas públicas tem se revelado pelos enfrentamentos da luta sindical. Desde 2016 ampliaram-se o número de greves nas redes municipais, para avanços, mas principalmente para manter conquistas. Foi assim na greve de Nova Monte Verde, Nova Xavantina, Ribeirão Cascalheira, Sinop, Santo Antônio de Leverger e Juara

GIRO NAS REGIONAIS

Os enfrentamentos realizados em 2012 promoveram adoção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), na maior parte dos municípios. Vários fizeram o mobilizações para incorporar a valorização profissional. Paralelamente, reivindicaram e conquistaram os Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) com a unificação dos/as profissionais profissionalizados/as. “A conquista da política da Dobra do Poder de Compra (2013), na rede estadual, foi um estímulo para os trabalhadores e trabalhadoras das redes municipais”, acredita a diretora regional Nortão II, Francisca Ilmarli Teixeira.



“Tivemos participação de municípios que nunca tinham feito uma greve, como Nova Monte Verde, mobilizando a categoria durante 70 dias e exigindo PCCS, reajuste do piso salarial”, relata Ilmarli. Hoje, segundo ela, voltam para as ruas, desta vez para fazer a resistência contra a retirada de direitos, que está ampliando jornada sem valorização profissional, terceirizando os serviços nas escolas.

A ação de formação do Sintep/MT foi intensificada no período após a aprovação do PSPN. As oficinas de financiamento da Educação deram aos/as dirigentes condições para estudarem as folhas de pagamento e planilhas financeiras da educação. Com isso apresentaram proposta para viabilizar os recursos que assegurariam a valorização profissional. “Em Alta Floresta conseguimos fazer o enfrentamento e, em 2013, enquadrámos 100% dos profissionais da educação, na carreira”, lembra a diretora regional.

Na regional Oeste II, Paraguai-Cabaçal, as conquistas da rede estadual ainda são um desafio nas redes municipais. A região, historicamente dominada por políticos conservadores, registra avanços graduais na carreira, e que estão muito mais ameaçados com a onda de retrocesso geral. Por outro lado, a categoria que já desfrutou dos benefícios conquistados está mais disposta aos enfrentamentos.



“O sucesso das lutas na rede estadual, tem feito com que mais trabalhadores e trabalhadoras municipais, até então alheios a sindicalização, busquem o Sintep/MT na luta por direitos”, acredita o diretor regional Edmilson José Ferreira. Conforme ele, Curvelândia, Rio Branco, Lambari d’Oeste, Porto Esperidião são municípios que atualmente desfrutam do Plano de Cargos e Carreira”, consolidados nos últimos anos.

Almejando as conquistas por direitos, semelhantes à rede estadual, os municípios da regional Oeste III, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Campos de Júlio, Jauru, Comodoro e Vale do São Domingos, avançaram na questão do PCCS. Contudo, ainda têm como desafio manter a unificação da carreira, já que em vários deles a fragmentação vem ocorrendo a quebra da lei. “Os profissionais recebem reajustes diferenciados e muitos funcionários/as entram na educação via terceirização dos serviços”, relata a diretora regional Eurides Souza Ramos.



O Médio Araguaia registra uma participação intensa da categoria, e com histórico de resistência, lutas e conquistas. A região, que compreende os municípios de Água Boa, Ribeirão Cascalheira, Nova Xavantina, tem ido para o embate e atualmente fazem o enfrentamento contra os Planos de Carreira e Remuneração (PCR) implementado pelos municípios em parceria com os governos federal e estadual sob orientação da Associação

Matogrossense dos Municípios, Undime e Consed. “Nossa luta é para manter a Lopeb – Lei de Carreira 050/98 – e nada além dela”, destaca a diretora regional Ana Lúcia Antônia da Silva.

Na regional Nortão 4, com seis municípios (Itanhangá, Juara, Novo Horizonte do Norte, Porto dos Gaúchos, Tabaporã e Tapurah), até 2012 conseguiu-se aprovar as leis de carreira municipais. Em relação ao piso, Juara, Tabaporã, Porto dos Gaúchos e Novo Horizonte garantiram a valorização por nível de formação, independente da função (Professor, Técnico ou Apoio). Itanhangá e Tapurah conseguiram garantir a mesma recomposição, mas não o piso único. Apesar de avanços, desde 2017, o município de Juara, por exemplo, dá sinais de retrocesso, com aplicação da recomposição salarial diferente entre professores e demais funcionários/as

SINTEP/MT
Livre, Democrático e de Luta!

Instagram: [sintepmt](#)
YouTube: [tvsintep](#)
Facebook: [sintep.deluta](#)
Twitter: [sintep](#)



ATIVOS APESAR DE APOSENTADOS

Mais do que estar numa suposta reserva, os/as aposentados/as que integram a carreira da educação pública Mato Grosso são parte de uma resistência que não se rende às tentativas de desmonte de direitos ou retrocessos. Nos últimos seis a sete anos, esse exército de militantes ganhou força nos enfrentamentos da luta sindical, antes e, principalmente, depois do golpe, ameaçando as conquistas sociais em especial os trabalhadores e trabalhadoras da educação, como é o caso da Reforma da Previdência.

Os aposentados e aposentadas estiveram presentes nas lutas por Concurso Público, em 2016, assegurando o ingresso de novos profissionais ao quadro de servidores da educação. Participaram das marchas por valorização profissional que garantiu a Lei 510/2013 (Dobra do Poder de Compra), ou ainda da Revisão Geral Anual (RGA), 2015, 2016 e 2017.

“Apesar de tímidos na participação, hoje somos cinco mil filiados sindicalistas aposentados/as que nos fazemos presentes porque sabemos o quanto o desmonte de direitos afetará a vida de todos/as”, argumenta a secretária de Seguridade Social

do Sintep/MT, Edna Mahnic. Conforme ela, é um equívoco pensar que por terem se aposentado os enfrentamentos não lhes dizem respeito, principalmente quando a paridade de direitos é colocada sob ameaça.

Atualmente, o maior desafio para aposentados/as está em assegurar reformulação no quadro de parlamentares no Congresso Nacional para que seja vetada de vez a Reforma da Previdência. A medida, suspensa no período pré-eleitoral, não pode ser colocada em pauta. “Se aprovada acabará com os direitos conquistados durante anos de luta, impondo aos atuais e futuros/as aposentados/as condições de precariedade física e financeira, já que ampliará o tempo de serviço dos ativos e reduzirá os salários, desvinculando os ganhos com a carreira”, ressalta a secretária de Seguridade Social do Sintep/MT.

Conforme Edna, quando o Sintep/MT faz a defesa de que “Aposentados/as sim, inativos/as nunca, educadores/as sempre!” reafirma à categoria que os companheiros e as companheiras aposentados e aposentadas, mesmo fora da vida profissional continuam a fazer parte da luta da classe



3º Encontro Estadual de Aposentados/as 2016

trabalhadora. “Não podemos nos desmotivar após inúmeras vitórias que obtivemos ao longo da história. Precisamos continuar lutando pelos direitos já alcançados e por outros que virão através da união da categoria”, diz.

Outro impacto na vida dos aposentados/as apontado pelo Sintep/MT, é o corte de investimentos implantados com a Lei do Teto de Gastos, tanto Federal como a implementada pela gestão Taques. Ambas têm como objetivo congelar recursos, pelos próximos 20 anos e 5 anos, respectivamente, afetando significativamente a valorização dos profissionais da educação. E até mesmo os/as aposentados/as, tendo garantido os benefícios pelo resto da vida, quando os ganhos salariais da ativa forem reduzidos, promoverão efeito dominó, prejudicando os/as aposentados/as com o congelamento da valorização salarial. Um drama para muitos que só tem essa fonte de renda e, diariamente, enfrentam uma economia que continua castigando aqueles e aquelas que necessitam de medicamentos, alimentos, transporte, entre outros.

A conjuntura estadual no quesito administração dos recursos previdenciários via MT Prev, coloca sob ameaça até mesmo os que teoricamente estariam assegurados. A autarquia, responsável por administrar o fundo de aposentadoria dos/as servidores/as

do Estado, registra indícios do uso indevido dos recursos da previdência dos trabalhadores, tanto que o governo estadual tem feito o pagamento dos/as aposentados/as com recursos da Educação, e não do fundo previdenciário.

Quando o debate sobre as perdas da previdência ganham foco nas redes municipais, a situação é ainda mais grave. Em muitos municípios, nem mesmo Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), com carreira unificada, estão assegurados. Nas redes municipais o cenário é de maior enfrentamento para os/as aposentados/a, pois, os fundos estão falidos, a terceirização e a reforma trabalhista precarizam os contratos de trabalho dos/as funcionários/as e até mesmo o magistério, e acabam com o direito da aposentadoria.

O Sintep/MT tem mobilizado a todos/as que já estão fora do mercado de trabalho, mas dentro da carreira, para o engajamento na luta. Nos últimos quatro anos realizamos dois Encontros Estaduais com foco no debates sobre as necessidades do segmento aposentados/as, na categoria. O objetivo é debater os impactos para os/as aposentados/as das redes estadual e municipais, assim fazer a luta com criação de políticas de integração ao meio sindical, manutenção, avanços de direitos em defesa da saúde e do lazer.

MOMENTOS DE CONVIVENCIA E LAZER

FORMAÇÃO SINDICAL É ESTRATÉGIA DE LUTA

As grandes conquistas da luta sindical promovidas pelo Sintep/MT se iniciam pela formação sindical. Para além das mobilizações e passeata que levam milhares para as ruas pressionando os governo por garantia de direitos, os enfrentamentos por políticas que assegurem a qualidade da educação nascem nos espaços formativos do sindicato. No último período (2015 a 2018) mais de dois mil profissionais participaram nos municípios, dos 15 polos regionais, do curso de formação.

Implantado desde 2000, o projeto de formação sindical está estruturado em cursos de dois anos que abordam sociologia, teoria da comunicação, história, análise de conjuntura, filosofia, concepção e estrutura sindical, negociação coletiva, entre outros. “Cada eixo é trabalhado com independência entre eles, mas é um pré-requisito concluir um para dar prosseguimento ao outro”, destaca o secretário de Formação do Sintep/MT, João Eudes.

A formação sindical foca em fortalecer a consciência política dos/as profissionais da educação, enquanto classe trabalhadora. É uma oportunidade de formação teórica e política. No município de Sapezal, da regional Médio Norte I, 70% dos/as profissionais filiados/as ao Sintep/MT já participaram da formação.

O presidente da subsede no município, Cristiano Cesário, ele mesmo cursista da turma de 2012, antes de ser dirigente, ressalta o conhecimento adquirido após a formação. “Ficamos com leitura de mundo, desenvolvemos o espírito crítico, deixamos de ter a mídia como única fonte de informação”, diz.

Segundo o secretário de Formação Sindical, foi por meio da formação que no final da década de 70 e início dos anos 80 o movimento de trabalhadores/as avançou no processo de luta revelando também lideranças sindicais, dos movimentos sociais sendo eleitos nos parlamentos, sobretudo no

Congresso Nacional.

“Foram esses parlamentares que, quando constituintes, ajudaram na construção da Constituição Cidadã, selando uma proteção na legislação do trabalho, e de direitos assegurados/as aos/as trabalhadores/as, entre eles a retomada do movimento sindical”, disse.

No atual momento, Eudes acredita que a retirada de direitos que ocorre, desde o golpe de 2016, terá como um dos elementos de resistência a formação sindical. Porém, a renovação no quadro de profissionais, fruto da luta sindical pela realização de Concurso Público, trouxe para as escolas um segmento jovem da sociedade que desconhece o processo ocorrido para consolidar as conquistas da carreira.

Os direitos hoje ameaçados pela Reforma Trabalhista, pela Terceirização e, principalmente pelo corte de investimentos oriundo das leis do Teto de Gastos exigem a retomada da organização.

“Teremos que intensificar a formação, contudo, para aqueles que ficarem alheios a luta sindical, e ignorarem as perdas com a onda neoliberal, apenas quando perceberem os danos é que mudarão o comportamento”, acredita Eudes.



Médio Norte I 70% dos profissionais participaram da formação.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE **NÃO** **EXISTE SEM** PROFISSIONAIS VALORIZADOS



Os/as funcionários/as das escolas, os/as técnicos/as administrativos, apoios administrativos, técnicas/os em desenvolvimento infantil são hoje parte fundamental no processo educativo dos/as estudantes. Para além de executor de tarefas, a contribuição desses/as educadores/as, por meio da profissionalização, ampliou horizontes pessoais e coletivos que asseguram qualidade da educação ofertada na escola pública e gratuita do estado.

Nos últimos oito anos houve um crescente índice de qualificação por meio do Profunçãoário, curso técnico de nível médio em educação – que expandiu, chegando fortemente aos/as servidores/as da educação nas redes municipais. “Tivemos, mesmo com o Arara Azul e na fase seguinte o Profunçãoário, uma intensa capacitação dos/as profissionais da rede estadual de educação. A partir de parcerias junto ao Cefapros e Instituto Federal de Educação, em Mato Grosso (IFMT), em 2012, 2013 é que pudemos ofertar a ampliação do atendimento”,

esclarece o secretário de Funcionários/as do Sintep/MT, Djalma Francisco de Sousa

Para técnica em alimentação escolar da rede municipal de Pontes e Lacerda, Irene Barbosa, que participou da profissionalização, a capacitação abriu horizontes. “Éramos leigos em muitas coisas. Passamos no concurso, cozinhar a gente sabia, mas não sabíamos sobre direitos, deveres e obrigações que tínhamos enquanto merendeira. E aí a gente adquiriu esse conhecimento. A profissionalização não dá apenas o diploma ela te dá muitas oportunidade que não apenas cozinhar”, disse.

A qualificação profissional agregou a formação escolar práticas educativas diferenciadas. Preparar o alimento dos/das estudantes pode ser uma prática pedagógica quando sob o olhar dos/as funcionários/as da alimentação escolar as hortas se tornam livros a serem lidos com a parceria de técnicos/as e professores/as. Ou ainda, a manutenção da limpeza da escola, que passa a ser um processo de organização coletiva

sob a orientação da/do profissional do apoio escolar. “Toda essa interferência qualificou não apenas o processo educativo dos/as estudantes como valorizou o profissional, ao se enquadrarem na carreira da educação, assegurando piso salarial, jornada de trabalho”, relata o secretário de Funcionários/as.

Essas conquistas correm risco com o retrocesso desde o golpe de 2016, o que demandará da categoria resistência e enfrentamento. Com as medidas de congelamento de investimentos aprovadas em nível federal, todos os estados e municípios serão afetados pelo corte de recursos. “Já estamos vendo isso acontecer com o desmonte de direitos sociais, e com forte impacto na carreira dos/as educadores/as”, afirma Djalma Francisco. Ele cita a terceirização dos serviços das escolas em vários municípios, ou a quebra dos Planos de Cargos, Carreira e Salários unificados, para a implementação do Plano de Carreira e Remuneração, que desvincula os/as funcionários/as das conquistas da carreira.



CONCURSO PÚBLICO DE 2017: CONQUISTA DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

A recomendação do Conselho Nacional de Educação (CNE) para as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação é de que o quadro de contratos temporários não ultrapasse 10% do número de profissionais da Educação nas redes de ensino. Mesmo assim, Mato Grosso tem cerca de 60%

dos/as educadores/as da rede estadual trabalhando como interinos/as, o que traz consequências para o processo de aprendizagem.

Em 2017, fruto da greve de 2016, foi realizado o concurso público da rede estadual, uma bandeira de luta permanente do Sintep/MT, pois, a realização de concurso

público para o número real de vagas é instrumento para garantir a valorização profissional e também avanços na qualidade da Educação.

Após dois meses de greve em 2016, os educadores e educadoras lutaram pelo cumprimento da Estratégia 6, da meta 4, do Pla-



no Estadual de Educação (Lei nº 10.111/2014), que expressa a garantia de concursos públicos, “respeitando o plano de carreira, a habilitação, as qualificações exigidas para os cargos e a disponibilidade de vagas reais”. Porém, mais do que garantir a estabilidade dos/as trabalhadores/as da Educação, a luta pelo concurso público é para que um dos principais fatores que contribuem para uma Educação de qualidade seja valorizado: aqueles/as que educam.

Secretário de Assuntos Educacionais CNTE e secretário de

Comunicação do Sintep/MT, Gilmar Soares Ferreira explica que a concepção de Educação de qualidade é de que o processo de aprendizagem ocorra na interrelação entre pessoas, e, por isso, garantir a estabilidade e permanência dos/as profissionais é fator importante na luta por uma educação pública de qualidade.

“Garantir educadores/as efetivos/as, selecionados/as através de um processo e capacitados/as, tem impacto direto na Educação. Nesse sentido, a realização do concurso público é ferramenta também para que o vínculo entre o/a profissional da Educação e o/a estudante seja mantido, pois, estudos mostram que quanto mais tempo o aluno convive com o/a educador/a, melhores são os resultados pedagógicos e também a leitura de mundo”, afirma Gilmar.

No último concurso foram oferecidas 5.748 vagas, sendo 3.324 para o cargo de Professor/a da Educação Básica, 1.496 para Apoio Administrativo Educacional (AAE) e 928 para Técnico/a Administrativo/a Educacional (TAE), pois a luta durante o movimento de greve foi para que o certame contemplasse todos os cargos existentes na carreira. O Sintep/MT também está na luta para que sejam publicados os nomes dos/as aprovados/as em todas as fases do concurso, acionando o Ministério Público para que seja garantida a posse para o número

real de vagas.

Para quem foi aprovado/a no concurso público, além da realização pela garantia de estabilidade profissional, também há o sentimento de que somente a luta garante os direitos dos/as trabalhadores/as da Educação. O reconhecimento que o concurso é fruto de luta, e não de boa vontade política, reforça a necessidade da mobilização da categoria em relação às demandas.

Professor de História, Cristiano Marques Coelho, irá assumir uma vaga em Alta Floresta (a 790 km de Cuiabá), e participou da greve em 2016. “Esse concurso devemos agradecer ao empenho do nosso Sindicato, que bateu

Governo mantém 60% do quadro profissional da Educação em contratos precários

de frente com o Governo para que o compromisso firmado para o fim da greve fosse cumprido. O Sintep/MT nos representa, luta por nós e sempre está conosco quando precisamos. Agora terei mais tranquilidade, pois posso finalmente tirar férias remuneradas”, declara Cristiano.

Quem também agradece ao Sindicato pela posse no concurso é o professor de Português, Ednei José Ribeiro, que trabalhara no município de Cotriguaçu (a 920 km da Capital) desde de maio. “Nós agradecemos ao Sintep/MT que garantiu essa conquista, pois sem ele não teríamos tido o concurso, que defendeu os nossos direitos. Acompanho o processo de luta do Sindicato e quero participar mais”, diz Ednei.

ESTRUTURA SINDICAL COMO INVESTIMENTO DOS RECURSOS DA CATEGORIA

Nos 53 anos de história, o Sintep/MT participou de lutas históricas por direitos que hoje fazem parte da carreira como hora-atividade (para efetivos/as e contratados/as), carreira unificada para professores/as e funcionários/as, piso salarial profissional, Lei da dobra do poder de compra, entre outros. E para que essas batalhas possam ser feitas nos municípios – na rede estadual e nas redes municipais – é necessário formação sindical e formação continuada, que dependem de um fator: infraestrutura.

Desde 2012, o Sintep/MT intensificou os investimentos em infraestrutura para melhor atender aos filiados dos 141 municípios. Com recursos da categoria foram feitas reformas e construção de subsedes, compra de carros para as diretorias regionais, construção da Casa do Educador com 150 leitos e ampliação prevista para pessoas em tratamento médico, compra e obras da chácara no Coxipó do Ouro (piscinas, quadras, campo de futebol, tanque de peixes e quiosques).

Um investimento estratégico para a realização das atividades sindicais é a estrutura das subsedes. Nos municípios de Alta Floresta, Guarantã do Norte e Lucas do Rio Verde, o Sintep/ Direção realizou repasses para

Chácara do Sintep/MT



a construção dos prédios, que foram projetados para atender as demandas do Sindicato, além da realização de atividades de lazer para os filiados.

Em Arenápolis e Barra do Bugres, o investimento foi na reforma da subsedes. Já em Campos de Júlio, Rosário Oeste, Barra do Garças, Peixoto de Azevedo, Tangará da Serra, Colíder e Santo Antônio de Leverger, o Sintep/MT aplicou recursos na compra de terrenos para a construção de prédios próprios.

Em Alta Floresta, o prédio da subsede foi inaugurado no final de 2017, após anos de luta e mobilização. “Antes a realização de atividades sindicais dependia de empréstimo de espaço e em alguns casos até de aluguel. Não podíamos sair de uma assembleia com a data fechada para a próxima porque dependíamos de cedência de lugar. Hoje podemos realizar qualquer atividade da

subsede sem problemas. Ainda faltam algumas coisas, mas já estamos no céu por ter um prédio enorme e planejado”, comemora a presidente da subsede, Meire Mazureki.

Outra aplicação de recursos foi aquisição de mais veículos. Nos últimos seis anos foram adquiridos 13 veículos (hoje são 25), que possibilitam a ida para atividades e a participação dos diretores regionais e diretores executivos nas ações no interior. A regional Leste II, onde a distância entre os municípios pode chegar a 600 quilômetros, o carro é essencial para as lutas.

“Na regional que atuo temos 12 municípios e quando íamos de ônibus, cada visita durava pelo menos 4 dias, por causa do tempo de viagem. Agora consigo ter agilidade para atender as demandas e como resultado disso, os 12 municípios conquistaram plano de carreira e na maioria

deles é pago o piso nacional. A aquisição do carro foi um avanço significativo, que facilitou a atuação do Sindicato”, afirma a diretora da regional Leste II, Ana Lúcia da Silva

A CONQUISTA DA CASA DO/A EDUCADOR/A

Inaugurada em 2016, a Casa do Educador é ponto de referência para os filiados do interior que precisam vir até à Capital para resolver pendências, estudar, fazer tratamento de saúde, etc. Com 150 leitos, e um prédio de 1.937 m², a Casa do Educador é um albergue com modernas instalações climatizadas, localizado na região central de Cuiabá.

Toda essa estrutura pode ser usada e o pagamento é apenas de uma taxa simbólica de hospedagem, a Casa pode ser utilizada pelo/a filiado/a e seus dependentes. Antes da inauguração do albergue, quem precisava vir a Cuiabá tinha que se hospedar em hotéis que nem sempre ofereciam acomodações de qualidade e com preços elevados.

A professora aposentada Maria Aparecida Bacarin, que reside em Alta Floresta, após uma cirurgia ficou 15 dias na Casa do Educador para se recuperar e fazer os acompanhamentos médicos. “Gostei muito. Em tudo que precisei a Casa do Educador me serviu. O atendimento é ótimo, as acomodações são de qualidade e ainda usei a cozinha para preparar minha alimentação. Gastei bastante com os tratamentos e com pouco dinheiro pude me hospedar com qualidade e boa recepção”.



Subsede Guarantã do Norte-MT



Subsede Alta Floresta-MT



Subsede Sinop-MT



FILIAÇÕES FORTALECEM SINDICATO

Um sindicato forte se faz com a união dos trabalhadores e trabalhadoras. Apesar de existir uma diretoria para coordenar os trabalhos, a força de uma entidade representativa como o Sintep/MT, se dá quando a categoria se une nas lutas e mobilizações. Na educação em Mato Grosso a luta começou em 1965, com a criação da Associação Mato-grossense de Professores Primários (AMPP), que mais tarde unificaria a luta de professores e funcionários e se tornaria o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

“Cada um e cada uma é de extrema importância na luta pelos direitos dos trabalhadores da Educação. Porque se for decidido que faremos greve, mas os/as educadores/as não aderirem, o movimento é enfraquecido e não temos poder de negociação. O Sindicato é um instrumento da classe trabalhadora para a conquista de direitos, mas precisa de filiados atuantes”, enfatiza o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes.

Além da participação na luta, que é fundamental, a contribuição mensal de cada filiado é o que garante o funcionamento da estrutura do Sintep/MT, a realização de eventos, assessoria jurídica, produção de materiais informativos e de formação, a Casa do Educador e todos os outros recursos de apoio que o Sindicato oferece. É dessa contribuição que saem os recursos que são investidos nas s’ubsedes e da Central, para que a entidade possa se manter atuante.

“O Sintep/MT sempre faz campanhas de filiação, com o alerta da importância da participação na luta e da contribuição de cada um. Tanto para combater os retrocessos, quanto para avançar nas conquistas. Isso para quem é efetivo/a, interino/a e aposentado/a, porque as conquistas são para todos/as. Quem é contratado/a tem um instrumento para garantir seus direitos e os/as aposentados/as usufruem de conquistas como a política da dobra de compra. Por isso todos/as devem estar filiados/as e na luta”, explica a secretária de Organização Sindical, Ana Lúcia da Silva.

SINTEP/MT MELHORA ASSESSORIA JURÍDICA PARA ATENDER O COLETIVO DA CATEGORIA



Um dos setores com maior demanda no Sintep/MT, a Secretaria de Assuntos Jurídicos e Legislativos ampliou a estrutura oferecida nos últimos anos, com assistência jurídica diária de segunda à sexta-feira. São cerca de 100 atendimentos mensais, entre orientações e ações, para os filiados/as de todo o estado, com duas profissionais e um técnico.

Parte importante da estrutura do Sindicato que é oferecida aos filiados, a assessoria jurídica é suporte não só para greves e paralisações, como também no combate às injustiças cometidas por gestores/as contra os educadores e educadoras. Também é representante da categoria em ações coletivas, como para o recebimento das perdas com a Unidade Real de Valor (URV), na época da conversão para o Real, que ainda tramita na Justiça.

Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos do Sintep/MT, Maria Celma de Oliveira explica que tanto a criação de uma assessoria jurídica, quanto o aumento da equipe são resultado das necessidades da categoria.

“Com o crescimento do Sindicato, foi decidido em Congresso do Sintep/MT que iríamos ampliar a assessoria jurídica para atender melhor as demandas dos/as educadores/as. Nem sempre os resultados são rápidos, mas hoje

temos uma orientação para as nossas questões ainda no mesmo dia”, declara Maria Celma.

Na história recente do Sintep/MT, a assessoria jurídica foi importante para derrubar decisões arbitrárias de Prefeituras, como a Nobres, que queria obrigar os/as educadores/as doentes a pagar substitutos, e a de Primavera do Leste, que proibiu o uso de materiais do Ministério da Educação (MEC) que abordavam a questão de gênero e diversidade. Outra conquista relevante foi garantir o direito de posse dos/as aprovados/as e classificados/as no concurso público de 2009 da rede estadual.

Esse é o caso da professora de Matemática Elaine Vaz, que tentou garantir sua posse através de dois advogados particulares, até pensou em desistir do processo, quando foi convencida pela subsede de Alta Floresta a autorizar a assessoria jurídica a dar andamento no caso. Quase cinco anos após ter feito o concurso, tendo gasto mais do que podia para pagar advogados, ela só conseguiu se tornar efetiva por meio da ação do Sintep/MT.

“Eu não acreditava muito, alguns colegas diziam que era causa perdida. O último advogado tinha me cobrado R\$ 5 mil para conseguir a posse, mas a assessoria do Sintep/MT foi mais rápida e garantiu a minha posse. O Sindicato me deu ânimo para lutar e lutou por mim. A atual gestão do Sintep/MT me fez acreditar que real-

mente temos pessoas que lutam por nós”, agradece a professora.

AÇÕES COLETIVAS

- ✓ Cobrança da URV Coletiva – Processo nº 55607-38.2013.811.0041
- ✓ Ação de Contribuição Previdenciária – Processo nº 1014392-26.2017.8.11.0041
- ✓ Dívida Ativa – Processo nº 1036082-14.2017.8.11.0041 – 1ª Vara Especial da Fazenda Pública de Cuiabá
- ✓ Mandado de Segurança – 2017 – Contra normativas sobre atribuição - Processo nº 1013550-72.2017.8.11.0000
- ✓ Diferença de Férias e Terço de Férias – Processo nº 1028936-19.2017.8.11.0041
- ✓ Horas Extras para Cargos de Dedicção – Processo nº 1030311-55.2017.8.11.0041
- ✓ Mandado de Segurança – Temporários – Greve – Processo nº 1014859-39.2016.8.11.0041
- ✓ Sábados letivos para repor dias da greve de 2017 – Pagamento de Horas Extras – Processo nº 1018711-37.2017.8.11.0041
- ✓ Sábados letivos para repor dias da greve de 2016 – Pagamento Horas Extras - 2016 – Processo nº 1018709-67.2017.8.11.0041





OUT BRASIL



- Formação Sindical
- Participação Cidadã
- Profissionais
- NOVA ATIVIDADE
- Política Municipal
- GESTÃO DEMOCRÁTICA
- DEFESA DO PODER DE COMPRA

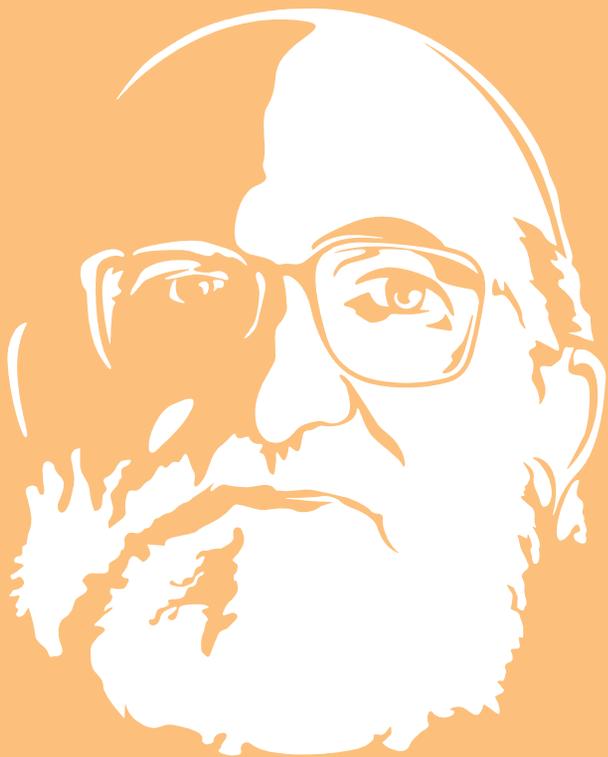
INTER-MT

INTER-MT

INTER-MT

INTER-MT





“
Minha presença no mundo não é a de quem nele se adapta, mas de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história
”

Paulo Freire

